Fala STIU - DF

O Jornal do Sindicato

Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal - Setembro de 2012

Filiado à CUT e FNU

EDIÇÃO ESPECIAL

Renovação das concessões no Setor Elétrico

Conheça as medidas adotadas pelo governo federal para a reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro

Com o anúncio do governo de renovar as concessões no setor elétrico, o STIU-DF procura esclarecer os eletricitários sobre o assunto. As novas medidas impactam diretamente a categoria. Nessa edição exclusiva você encontrará visões de técnicos, líderes sindicais e presidentes de empresas estatais. Saiba o que está por trás das MPs 577 e 579 e tire suas conclusões.

STIU P.3
MP 577 preocupa a categoria

DEBATE P.4
FNU critica pacote de medidas do governo para setor elétrico

EMPRESAS P.5 P.6
O que pensam os presidentes de Eletronorte e Furnas

UNIVERSIDADE P.7
Professor da UFRJ avalia reestruturação do setor

PALAVRA DO SINDICATO

Nossas conquistas não podem ser rebaixadas

O término das concessões do setor elétrico e a iminência de uma relicitação dos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica fizeram o movimento sindical priorizar a luta pela renovação das concessões. Articulados com outras entidades populares, os sindicatos e a FNU realizaram diversas atividades de mobilização junto ao governo, à classe trabalhadora e a sociedade em geral.

A relicitação representaria um enorme retrocesso para o setor. Seria pior que a privatização, pois as empresas, notadamente estatais, correriam grande risco de perderem as instalações e, em consequência, haveria demissões em massa. Desse ponto de vista, é inegável que a **Medida Provisória 579, que prorroga as concessões**, representa uma vitória para a categoria eletricitária e para o País como um todo.

> "A relicitação representaria um enorme retrocesso para o setor".

No entanto, a forma como está prevista a redução da tarifa de energia, tanto para os consumidores residenciais quanto para a indústria, ataca apenas um lado dos custos finais da energia. O governo retira ou diminui os impostos na parte que interfere diretamente nas empresas estatais. Ficam de lado cargas tributárias pesadas, como o ICMS. Dessa forma, o setor elétrico estatal está diante de um novo desafio. Como lidar com a grande redução de receita e ao mesmo tempo não ser uma mera prestadora de serviços de Operação e Manutenção (O&M) para o governo federal que passa a ser proprietário de fato desses empreendimentos.

Os valores ainda não amortizados serão pagos pelo governo, o que vai capitalizar as empresas. Por outro lado, elas não venderão mais a energia em leilões nos mercados regulado e livre. O maior risco é que, a partir de agora (para os empreendimentos com concessão prorrogada), quem vai determinar o preço da energia não será mais o mercado e sim o poder concedente, por meio da Aneel, que levará em conta os custos de O&M, investimentos, impostos, etc. Como o governo considera que os empreendimentos estarão já amortizados a tendência será de diminuição significativa de receitas.

A classe trabalhadora precisa manter a pressão sobre o governo para que este estabeleça valores para a energia que beneficiem o consumidor final, mas que garantam ao mesmo tempo a saúde financeira das empresas estatais. Só assim elas continuarão contribuindo com o desenvolvimento do País.

Devemos também repudiar qualquer tentativa de rebaixamento das conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras baseada em argumentos de "eficiência e sustentabilidade". Sabemos muito bem onde as empresas têm que buscar eficiência e não será em cima das conquistas da classe trabalhadora eletricitária.

STIU-DF, filiado à FNU e CUT

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900
Jornalista Responsável: Henrique Teixeira
Equipe: Henrique Teixeira, Roberta Quintino, Talita Motta, Wilson Moura, Claudia Santiago, Daniel Costa e Sheila Jacob
Fotos: Ascom Stiu-DF
Tiragem: 4 mil exemplares

NOTAS

Por dentro da Medida Provisória 579

A maior parte das concessões no setor elétrico vence em 2015 e 2017, mas o governo federal antecipou as renovações para 2013. As empresas que não quiserem renovar as concessões, antecipando o contrato, podem deixar para fazer no vencimento. Neste caso terão que participar de leilão ou concorrência. Os novos contratos terão as mesmas condições das concessões antigas.

As concessionárias que ainda não amortizaram seus empreendimentos serão indenizadas. A Reserva Global de Reversão (RGR) poderá ser utilizada para indenizar os ativos que ainda não foram amortizados. Todas as concessões serão renovadas por 30 anos e a renovação só será permitida uma única vez. Ela será condicionada à divulgação dos percentuais de redução de impostos pelas empresas. A Aneel definirá o preço da tarifa para cada uma delas e o padrão de qualidade do serviço prestado. As empresas que apresentarem índices baixos de redução das tarifas ou que tiverem mau desempenho serão punidas pelo governo e podem sofrer intervenção.

MP 579 tramita no Congresso Nacional

Com mais de cem dispositivos, a MP 579 editada pelo governo federal trata da renovação das concessões na geração, transmissão e distribuição de energia no setor elétrico brasileiro. A proposta está no Congresso Nacional e pode sofrer alterações. Na Câmara já recebeu mais de 400 emendas, que podem ser rejeitadas ou acatadas pelo relator. A MP está dividida em seis capítulos. O primeiro e o segundo tratam da prorrogação dos contratos de concessão. O capítulo três dispõe sobre as licitações e em seguida versa sobre as disposições gerais da Lei. O quinto trata dos encargos setoriais e por fim as disposições finais.

MP 579 prevê alterações nas leis

- **8.631/1993:** Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.

- **9.427/1996:** Institui a ANEEL e disciplina o regime das concessões de Serviços Públicos de Energia Elétrica.

- **9.648/1998:** Autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Eletrobras e suas subsidiárias.

- **10.438/2002:** Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

- **10.848/2004:** versa sobre a comercialização de energia elétrica.

- **12.111/2009:** Trata dos serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.

Tributos que deixarão de existir a partir de 2013

➔ **Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) –** Finalidade: reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados. O recurso é oriundo do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela Aneel. Quando a Lei 12.111/2009 entrou em vigor esse fundo setorial passou a ser permanente.

➔ **Reserva Global de Reversão (RGR) –** Uso: projetos de universalização dos serviços de energia elétrica (Luz para Todos) e no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Neste, é utilizada no Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficientes), EPP (Eficiência Energética nos Prédios Públicos) e Sanear (Eficiência Energética no Saneamento Ambiental). Os recursos oriundos deste imposto, criado em 1957, também são direcionados às obras de expansão do sistema elétrico, como a revitalização de parques térmicos e aquisição de medidores e telecomandos para subestações. A Eletrobras é responsável pela gestão desse aporte.

Redução de impostos

Haverá redução de 75% no tributo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que financia o programa Luz para Todos e energias alternativas. Segundo o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, a extinção e redução desses tributos possibilitarão a redução de 7% na conta de luz. A amortização dos ativos será responsável pela diminuição de mais 13,2% nas tarifas.

OBSERVAÇÃO: Os tributos cobrados pelas 63 empresas distribuidoras variam de empresa por empresa, dependem de seus gestores (governadores estaduais e gestores privados).

DEBATE

SETOR ELÉTRICO - O que significa a MP 579

Técnicos da CEB se reúnem para analisar reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro

Equacionar as contas no setor elétrico será o grande desafio do governo. No setor de distribuição, a redefinição dos contratos pode ser um dos aspectos com maior complexidade, avaliam técnicos da empresa.

Técnicos de várias áreas da Companhia Energética de Brasília (CEB) se reuniram no dia 17 de setembro para analisar a Medida Provisória (MP) 579, que trata das renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição no setor elétrico. A proposta foi editada pelo governo federal e publicada no dia 12 do mesmo mês. As concessionárias têm até o dia 15 de outubro para solicitar a renovação.

Na avaliação dos técnicos, o objetivo principal das medidas implementadas pelo Governo é tornar a energia mais competitiva com o mercado internacional e incentivar a produção e o consumo interno.

Por outro lado, as distribuidoras estão um pouco apreensivas com as medidas. Elas ainda não conhecem as regras a serem estabelecidas para a cobrança de tarifas, que serão definidas pela Aneel. No entanto, o setor de distribuição de energia ainda está blindado, já que, por enquanto, praticamente nada muda. Isso se os contratos não forem radicalmente alterados. O gerente de mercado da CEB, Hamilton Naves, responsável pela parte de contratos de compra de energia, disse que haverá alterações. Mas, segundo ele, "isso não significa quebra de contratos".

Todas as 63 distribuidoras no País, por sua vez, terão um grande desafio: a redistribuição dos volumes de energia contratada. Uma das perspectivas da MP 579 é trabalhar a distribuição de energia em quantidade de cotas, visando à redução do valor da tarifa. Isso implica no remanejamento dos contratos. "É como se a oferta de energia fosse uma grande cesta de compras, que gera um valor final. Uma parte terá o preço definido nos leilões (Energia Nova), outra regulada pela Aneel. Os contratos que não estão dentro dessa cesta terão que entrar para ser ofertado às distribuidoras", justifica Naves. "Mexer nessa cesta de contratos, equalizando o percentual de redução para o consumidor, será o grande desafio", acrescenta.

A lucratividade das distribuidoras, comparada à das geradoras e transmissoras, é relativamente pequena. Isso porque, de acordo com explicação dos técnicos, elas lidam com energia no varejo. Além disso, precisam se adequar à exigente Lei do Código do Consumidor.

Especialistas avaliaram que o Sistema Eletrobras será o mais prejudicado, uma vez que a empresa terá menos recursos para investir. E serão esses novos investimentos, segundo técnicos da área, que podem viabilizar aumento de receitas. Mas em um cenário com perda de recursos pela redução de tarifas, o quadro ainda é incerto. O governo garante que dispõe de R$ 3,3 bilhões para injetar no setor elétrico em 2013, mantendo os benefícios para o programa *Luz para Todos*, a tarifa social e outras fontes de energia renovável.

O desafio do governo, na avaliação do corpo técnico da CEB, será conseguir equacionar suas contas. Isso porque as geradoras têm custos de operação diferenciados e, mesmo assim, todas terão que se adequar à exigência da presidente Dilma Rousseff, que definiu o percentual de até 16,2% aos consumidores residenciais. "Muitas geradoras podem se adequar mais facilmente à redução imposta para atingir o percentual definido ao consumidor final. Outras podem ter mais dificuldades, pois nenhum custo é igual", explicam.

SEM GARANTIAS - O que pensa o STIU

MP 577 preocupa categoria eletricitária

Medida não garante a manutenção dos fundos de pensão nem a continuidade do emprego da classe trabalhadora eletricitária em caso de intervenção. A MP não faz distinção se a empresa que sofrer interferência seja pública ou privada.

Lideranças sindicais estão preocupadas com a MP 577, que também está no pacote de medidas adotadas pelo governo federal para a reestruturação do setor elétrico brasileiro. Essa proposta trata especificamente da extinção das concessões de energia elétrica e intervenção nas concessionárias.

O diretor do STIU-DF, Jeová de Oliveira, destaca que a medida provisória preocupa a classe trabalhadora eletricitária em três pontos. Um deles é a falta de garantias aos trabalhadores em caso de intervenção. De acordo com o líder sindical, a MP 577 não deixa claro o que aconteceria com os trabalhadores caso a empresa viesse a ser penalizada. "O interventor ou a empresa que ganhar a licitação não terá nenhum compromisso com esses trabalhadores. Isso nos dá uma grande insegurança", explica.

Outro ponto levantado é com relação à questão financeira da empresa que perder a concessão. A empresa que estiver exercendo o contrato de concessão e entrar em estado de falência pode sofrer intervenção. Com isso a categoria corre sérios riscos.

De acordo com o § 1o do artigo 2º da MP 577, "não recairá sobre o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação a tributos, encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados, assumidos pela sociedade titular da concessão extinta". A partir desse dispositivo é possível deduzir que até as verbas indenizatórias estão neste bolo. "Neste caso, ficaríamos pendurados num CNPJ sem nenhum recurso. E a nova concessionária não se responsabiliza por isso", destaca.

Jeová de Oliveira

Jeová lembra que o próprio Ministério de Minas e Energia reconhece que é uma "expectativa" a redução média das tarifas de energia elétrica em 16% para o consumidor residencial. Mas no caso da MP 577, não há dúvidas de que o descompromisso com a classe trabalhadora eletricitária é evidente e certeiro.

Outra grave situação, de acordo com Jeová, são os fundos de pensão. Segundo ele, a MP 577 não garante que a classe trabalhadora poderá continuar dispondo desse benefício. "Estamos vendo essa MP com muita preocupação", disse. "A categoria está mobilizada e vai atuar junto ao Congresso Nacional para reverter isso. Ficamos surpresos com essa medida porque sequer fomos ouvidos pelo governo sobre essa matéria", reclama o diretor.

Os efeitos da MP valem por 120 dias, contados da sua publicação. Só se tornam definitivos após a aprovação pela Câmara e pelo Senado. Caso venha a sofrer alterações em uma dessas casas, a proposta seguirá para sanção ou veto da Presidência.

DEBATE

AS VÁRIAS VISÕES SOBRE O TEMA

Governo promete R$ 3,3 bi para recompor setor elétrico em 2013

Desoneração será bancada com recursos do Tesouro. Grupo Eletrobras, que detém 67% da geração de energia a ser renovada, atenuará os efeitos da renovação das concessões condicionada à redução de tarifas. Isto será feito com diminuição de custos e operação de novas usinas.

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, disse que o efeito da renovação condicionada das concessões no setor elétrico é "controlável". Segundo ele, os efeitos serão atenuados com redução de custos e entrada em operação de novas usinas. "Vão vencer, a partir de 2015, 15 mil megawatts de usinas da Eletrobras. Mas, até 2016, entrarão no sistema 12 mil megawatts novos da Eletrobras", disse Carvalho. Segundo ele, o efeito mais pesado da redução das tarifas por conta da renovação dos contratos será em 2013, mas depois começará a ser atenuado.

CUT quer alterações na MP do setor elétrico

Presidente da entidade é a favor das medidas, mas defende que é preciso mais garantias para preservar empregos dos eletricitários e eletricitárias.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, se manifestou favoravelmente ao pacote de medidas adotado pelo governo federal para a renovação das concessões, que foi condicionada à redução das tarifas. O dirigente sindical avaliou a medida de forma positiva, considerando que ela será importante para estimular o mercado interno e fortalecer a economia brasileira. Mas Freitas também disse que as medidas podem ser melhoradas. Segundo ele, o movimento sindical pode contribuir complementando o pacote com propostas de políticas que garantam a manutenção do emprego de eletricitários e eletricitárias. "Além de redução nas contas de energia, é preciso complementar as medidas do setor com cláusulas contratuais de garantia de emprego e condições de trabalho, como o fim da terceirização e redução da rotatividade", frisou Vagner. De acordo com o dirigente, o governo já foi informado de que as entidades sindicais têm interesse de contribuir para a melhoria do pacote. Ele disse já ter conversado com o presidente da CTB, Wagner Gomes, e com representantes das demais centrais sobre a necessidade de se reunirem com a máxima urgência para debater as propostas apresentadas.

O QUE PENSAM OS SINDICATOS

NEGOCIAÇÃO - Funcionário terceirizado sofre mais acidentes de trabalho

FNU critica medidas do governo para setor elétrico

Governo não está disposto a dialogar com a categoria, avalia Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). Medidas como a terceirização, falta de garantia de investimentos no setor elétrico e redução maior para a indústria foram feitas sem o consentimento das entidades sindicais.

O governo anunciou na terça-feira, dia 11 de setembro, a renovação das concessões e a redução de tarifas na conta de luz. Em média, o consumidor residencial deverá ter redução de 16,2% na tarifa, a partir de 2013. A diminuição para o comércio e indústria será bem maior, podendo chegar a 28%.

Na avaliação da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a redução para os consumidores residenciais foi "frustrante", uma vez que o empresariado, que já compra energia mais barata, ficou com a parcela de desconto maior. Por outro lado, os consumidores domésticos, que pagam tarifas mais altas, tiveram a redução mais modesta. "Não concordamos com essa escolha do governo em dar privilégios à indústria e esquecer quem realmente necessita da energia para manter sua dignidade", justifica a FNU.

A terceirização indiscriminada no setor elétrico também foi questionada pela Federação. As empreiteiras continuarão atuando com respaldo na Lei 8.987/95. O parágrafo 1º do artigo 25 diz que "a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como implementação de projetos associados".

O Dieese realizou, em 2008, a pesquisa "*Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro*". O estudo revelou que mais da metade da força de trabalho no setor elétrico no Brasil era terceirizada. Dado alarmante é que o número de mortes no setor era quatro vezes e meia maior entre os terceirizados do que entre os próprios funcionários. Em grupos de cada 100 mil trabalhadores, havia 33 óbitos de eletricitários.

Segundo a FNU, a manutenção da terceirização mostra que o governo não está preocupado com a precarização do trabalho no setor elétrico. A entidade alerta que a terceirização indiscriminada "vem gerando centenas de mortes e de acidentes de trabalho gravíssimos".

A falta de protagonismo das empresas como investidoras no setor elétrico também foi alvo de críticas. De acordo com a FNU, não há garantias de manutenção desse papel por parte das empresas estatais, segundo as medidas anunciadas. Deixar essa iniciativa para o empresariado, segundo a Federação, é uma grande contradição. Isso porque "o setor privado já se mostrou incapaz de promover o crescimento econômico e a consequente distribuição de renda que a nossa população necessita, em especial nas regiões menos desenvolvidas".

ELETRONORTE

DECISÃO - Sindicatos não aceitam prejuízos aos trabalhadores

"Precisamos da ajuda de todos", diz presidente da Eletronorte sobre pacote de medidas para o setor elétrico

"Vamos buscar medidas que não prejudiquem ninguém e alternativas que garantam à empresa um direcionamento para o futuro", diz Josias Matos em referência à renovação das concessões e redução de tarifas aos consumidores.

O presidente da Eletrobras Eletronorte, Josias Matos de Araujo, recebeu no dia 17 de setembro a assessoria de imprensa do STIU-DF para falar sobre a renovação das concessões e a redução de tarifas no setor elétrico. O encontro durou cerca de 40 minutos, período em que Josias destacou os desafios da Empresa diante de um cenário de redução de receitas, o potencial da Eletronorte para manter o desempenho positivo no sistema elétrico brasileiro, a busca de participação em novos empreendimentos e o respeito aos contratos.

STIU-DF: Presidente, com a renovação das concessões condicionada à redução de tarifas qual é o grande desafio da Eletronorte nesse cenário?

Josias Matos: O grande desafio é continuar sendo uma empresa de referência no Setor Elétrico, buscando a sustentabilidade que definimos como desafio para os próximos anos por meio de um trabalho que já começamos há algum tempo. A Empresa vai bem em termos de benchmark (processo de comparação do desempenho entre dois ou mais sistemas) e manter o que já está sendo feito com uma receita menor é o nosso maior desafio. Receberemos uma tarifa para operar e manter o sistema de transmissão. É preciso buscarmos alternativas, sermos criativos, enfim, inovar para garantir o futuro da Empresa, de forma eficiente, com redução de custos.

STIU-DF: Algumas pessoas têm dito que as empresas serão meras prestadoras de O&M, porque agora sai de um mercado de venda de energia no mercado livre para entrar num mercado totalmente regulado. O Sr. acha que o governo terá autonomia na gestão dos seus processos ou a venda de energia será ainda mais regulada?

Josias Matos: Vamos continuar com os empreendimentos que nós já obtivemos via parcerias. A Eletronorte é uma empresa que tem hoje um total de 18 sociedades de propósitos específicos, envolvendo transmissão e geração. Essas parcerias vão permanecer, o que significa para a empresa retorno, porque elas vêm na forma de dividendos. A Eletronorte também vai continuar buscando participar de novos empreendimentos. O que está se falando hoje com relação a essa medida é que o ativo que está vencendo talvez não poderemos mais contar com essa receita. Também teremos oportunidades de melhorar se for necessário. Outra coisa que vai acontecer com a medida é a revisão tarifária onde vai contemplar esse tipo de coisa. Nós vamos ter uma redução na receita em função desse ativo ter sido depreciado, com isso passamos a ter uma receita que vai reduzir a tarifa final, o que já vem sendo trabalhado há muito tempo no setor elétrico, trazendo benefícios para a população que contribui para tudo isso, pagando impostos. Então chegou a hora de beneficiá-la e o governo tomou essa iniciativa salutar, que é muito importante.

STIU-DF: Esse aporte de R$ 3,3 bilhões, anunciado pelo governo, mais as indenizações das amortizações tranquilizam o setor elétrico num cenário de perda de receitas?

Josias Matos: Na verdade, esse impacto que vai acontecer tanto no nível de baixa tensão (16,2%) quanto no nível de alta tensão (numa média de 20,2%) ele é fruto da redução dos encargos que estão sendo retirados da tarifa do consumidor final, que seria a GR, CCC e parte da CDE, que permanece ainda com 25%. Para compensar, vem um aporte do Tesouro de R$ 3,3 bi, que somado a parte da CDE ele cobriria tudo isso que faz parte da conta. Aí se mantém programas como Luz para Todos, para os consumidores de baixa renda, como o próprio Proinfa, que também será mantido. Agora, a RGR, que é um encargo que vem sendo acumulado ao longo do tempo, exatamente para o final das concessões, vem para cobrir a saída desse encargo. E a RGR será utilizada para indenização.

Josias Matos de Araújo

> "Em relação ao impacto no mercado livre, ainda não fizemos uma análise mais detalhada, mas provavelmente poderá haver influência. Mas os contratos serão respeitados".

STIU-DF: Com relação às cotas de valores mais baixos, não haverá problema com os consumidores industriais do mercado livre do Grupo Eletrobras como um todo?

Josias Matos: Em relação ao impacto no mercado livre, ainda não fizemos uma análise mais detalhada, mas provavelmente poderá haver influência. Não sei até que ponto. Mas os contratos serão respeitados, conforme afirmou a própria presidenta Dilma Rousseff. No caso dos contratos com consumidores industriais de alumínio, os mesmos são frutos de leilão de energia, onde todas as condições foram preestabelecidas. O contrato consta de um preço de energia, prêmio que depende do preço do alumínio no mercado internacional, e encargos que são pagos pela própria Eletronorte. A MP 579 estabelece o fim dos encargos, ou seja, os mesmos deverão ser eliminados da fatura de venda de energia.

STIU-DF: Presidente, o que o Sr. diria aos trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte no sentido de tranquilizá-los?

Josias Matos: Nós, diretores da empresa, estamos fazendo todos os esforços e uma avaliação bem criteriosa aprofundada para mitigar qualquer impacto maior na empresa. Na verdade nós vamos buscar a conscientização, mas é trabalhando em cima dos nossos processos. E eu acho que nós temos grandes oportunidades. A gente pode pensar em mobilização, reaproveitamento de trabalhadores em determinado local que estamos precisando, estimular mais a transversalidade em nossos processos, saindo do vertical, o que nos permite ganhar em recursos e em mão de obra. Temos que pensar também que algumas medidas adotadas pela empresa vão surtir efeito imediato, como o E-Vida, por exemplo, que foi pensado para o aposentado, mas com a participação do ativo. O que já permite no seu escopo uma redução de custo. Esse é o objetivo. Por isso, acho que nós saímos na frente, pois é uma medida que vai ajudar nesse processo. Também gostaria de deixar o seguinte recado: todos têm que permanecer trabalhando ativamente, motivados, porque cabe à alta administração pensar a empresa como um todo, mas ela vai precisar do apoio de todo mundo nesse processo. Vamos buscar medidas que não prejudiquem ninguém e alternativas que garantam à empresa um direcionamento para o futuro.

FURNAS

MUDANÇAS - Melhores condições de trabalho são exigências do Sindicato

Novo desenho de Furnas não prejudicará a categoria, diz presidente

Reestruturação tem o objetivo de fazer a empresa voltar a ser a melhor do setor elétrico, diz Flávio Decat. Segundo ele, não haverá demissões e a classe trabalhadora será respeitada.

Flávio Decat

O presidente de Furnas, Flávio Decat, se reuniu, no dia 14/09, com os trabalhadores e trabalhadoras da geradora e distribuidora em Goiânia para falar sobre o novo desenho da empresa. A reestruturação – que vem sendo elaborada desde o início de agosto – parece ter, entre outras coisas, o objetivo de se adequar ao pacote de medidas anunciado pelo governo federal para a renovação das concessões e redução de tarifas.

As medidas propostas pelo governo condicionaram a renovação das concessões no setor elétrico à redução de tarifas. Além disso, as empresas que não prestarem serviço de qualidade aos consumidores poderão ser penalizadas.

Segundo Decat, as medidas anunciadas pelo governo terão impacto em Furnas, mas não vão afetar os trabalhadores. Os melhores resultados, acredita, serão na economia brasileira. "O governo vai nos pagar pela concessão e teremos que ter um serviço de excelência. Furnas voltará a ser a melhor empresa do setor elétrico, sem demitir ninguém e respeitando o trabalhador", disse.

Decat disse ainda que o novo desenho de Furnas tem o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos eletricitários e eletricitárias, além de tornar a empresa mais moderna e eficiente, sem grupos fechados.

"A gestão será integrada, não haverá mais divisórias até o teto entre os trabalhadores. Quando eu coloco todos os assistentes para trabalhar num ambiente único, isso é transparência, já que está todo mundo vendo o que todos estão fazendo, se estão trabalhando, se não estão. Isso é transparência e quanto maior a transparência, mais ética e correta é a empresa", defende Decat.

ENTREVISTA

STIU-DF: Presidente, como o Sr. vê esse pacote de medidas do governo federal para a renovação das concessões e redução de tarifas?

Flávio Decat: Eu acho maravilhoso. É um achado, como diz a presidenta Dilma, que só existe no Brasil. E por que existe só no Brasil? Porque só no Brasil é que temos usinas hidrelétricas. As termoelétricas têm características que depois de 20 e 30 anos estão imprestáveis. As hidrelétricas, bem cuidadas, depois de uns 30 anos de concessão estão novas, prontas para funcionar mais tempo. O contrato de concessões vence em 30 anos. Esses contratos venceram, foram dados mais 20 anos e agora venceram. E o Estado, pela Constituição, tem que licitar essas concessões. As nossas e as das outras empresas vencem em 2017.

A presidenta ofereceu o contrato de O&M, começando em 2013, para quem está conduzindo essas usinas bem. Então, o efeito de redução é agora, e dá um contrato de 30 anos para fazer O&M de maneira que, para o trabalhador de Furnas, é ótimo, porque nós garantimos a operação e manutenção dessas usinas com os nossos homens que são competentes.

Se isso fosse para licitação, como prevê a constituição, em 2017 disputaríamos no leilão e poderíamos não ganhar. Então, para nós e para o trabalhador foi muito bom. A empresa, com todos esses trabalhos que nós temos feito nos últimos 28 meses, está equilibrada. Portanto, não vai ter demissão, não vai ter maiores problemas para ajustar o equilíbrio operacional de Furnas. Vai ter o aporte de capital que vai nos permitir investir, e, aí sim, crescer mantendo o ritmo de crescimento do Brasil e manter a nossa fatia do mercado, que é 9% de geração e 19% de transmissão. Eu acho muito bom para Furnas, para o setor elétrico e melhor ainda para o país.

STIU-DF: Esse aporte de R$ 3,3 bi do governo para o setor elétrico seria uma forma de tranquilizar o setor?

Flávio Decat: Não, esse aporte diz respeito à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é uma contribuição que visa a contribuir para o programa Luz pra Todos, para as desigualdades regionais. Não é para as empresas. O que nós vamos ter de aporte é a parcela do capital que nós investimos nessas usinas que estão aí não depreciados e, portanto, não pagos a nós. Então, vamos ter uma injeção de capital que para Furnas é muito importante. Porque nós não tínhamos capital. Furnas estava numa situação financeira muito ruim e por isso será muito positivo.

STIU-DF: Mas no caso da redução da tarifa, a empresa tende a perder recurso. Como o sr. vê essa questão?

Flávio Decat: Nós já estamos equilibrados com essa perda de receita, o que precisamos fazer é crescer. Esse é o segredo da equação. Equilibrar operacionalmente a empresa e crescer investindo bem, e nós temos a sorte de ter vários investimentos. São 37 sociedades, e uma delas muito grande é a Santo Antônio, que já está começando a gerar, temos quatro máquinas operando e, portanto, já irá começar a dar resultado.

STIU-DF: O trabalhador também é consumidor e por isso será beneficiado. Como ele pode ser beneficiado de outra forma?

Flávio Decat: Com a redução da inflação, melhora a vida pessoal dos trabalhadores porque eles vão poder consumir mais ou pagar menos energia. Também haverá mais empregos. Um aspecto muito importante dessa medida é dar mais competitividade para a indústria e, na verdade, a presidenta garantiu mais emprego, vendendo mais lá fora e produzindo mais e precisando de mais mão de obra.

> "A gestão será integrada, não haverá mais divisórias até o teto entre os trabalhadores. Quando eu coloco todos os assistentes para trabalhar num ambiente único, isso é transparência, já que está todo mundo vendo o que todos estão fazendo, se estão trabalhando, se não estão. Isso é transparência e quanto maior a transparência, mais ética e correta é a empresa", defende Decat.

UNIVERSIDADES

PACOTE DE MEDIDAS - Sindicato quer compromisso com direitos dos trabalhadores

Investir em geração e transmissão de energia será o grande desafio do governo, avalia especialista da UFRJ

Medidas adotadas pelo governo para reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro fortalecerão a economia e o mercado cativo, destaca Nivalde de Castro.

O coordenador do Grupo de Estudo do Setor de Energia Elétrica (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor Nivalde de Castro, avalia que a reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (SEB) passa pela MP 579 e outras medidas. Segundo ele, o objetivo é fortalecer a economia brasileira e o mercado cativo com a redução das tarifas.

Sobre a perspectiva econômica internacional, Nivalde não faz prognósticos positivos. Ele não acredita em crescimento imediato das economias dos EUA e União Europeia. Considerando esse mesmo cenário, o governo decidiu reduzir os custos da indústria e pretende investir em infraestrutura de transporte para dinamizar a economia, determinando "um novo ciclo de crescimento mais sustentado e duradouro", disse.

Ao contrário da economia brasileira, os aspectos relacionados à classe trabalhadora do setor elétrico serão mais difíceis, avalia Nivalde. Segundo ele, as negociações salariais serão mais complicadas.

Nivalde de Castro

ENTREVISTA

STIU-DF: Como o Sr. vê essas medidas adotadas pelo governo para a renovação das concessões no setor elétrico, condicionadas à redução de tarifas?

Nivalde de Castro: Estas medidas inserem-se em um novo contexto macroeconômico do Governo. A crise internacional irá permanecer ainda por um longo período, fazendo com que a variável externa não ajude o crescimento e desenvolvimento do Brasil. A manutenção da política econômica adotada na crise 2008-2009 focada no mercado de consumo interno não se sustenta. Desta forma, o governo adota uma nova política econômica baseada em dois pilares: (a) diminuição dos custos industriais (juros, energia elétrica, impostos, etc.) e (b) na estimulação do investimento na infraestrutura de transporte. Na avaliação do Gesel-UFRJ esta nova dinâmica econômica irá determinar um novo ciclo de crescimento mais sustentado e duradouro.

O processo de renovação de concessões faz parte de um conjunto de medidas implementadas no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) que, junto com a MP 577, a Resolução do CCEE 455 e a nova metodologia de revisão tarifária periódica significam, de fato, um processo de Reestruturação do Setor. Essa reestruturação ainda não se completou. Ela busca reduzir o custo da energia elétrica e fortalecer o mercado cativo, sob o qual o planejamento se apoia para realizar leilões e expandir a oferta de capacidade instalada.

> "Ao contrário da economia brasileira, os trabalhadores e as trabalhadoras do setor elétrico poderão ter dias mais difíceis. As negociações salariais serão mais complicadas".

STIU-DF: Quais os aspectos positivos e negativos desse pacote de medidas?

Nivalde de Castro: O Gesel-UFRJ avalia que não se trata de um pacote, mas de um processo de Reestruturação do SEB. Ainda é difícil de dar uma resposta objetiva, pois as MPs ainda não foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Mas pode-se destacar a firme decisão do governo em reduzir custo da energia elétrica, dar mais eficiência à gestão operacional e financeira das distribuidoras a favor dos consumidores, reduzir o mercado livre evitando posições especulativas como os contratos *ex post* (entre partes relacionadas), ampliar prazos dos contratos, etc.

STIU-DF: A renovação das concessões condicionada à redução de tarifas pode criar um cenário com perdas de receitas no setor elétrico. De que forma isso pode prejudicar os trabalhadores eletricitários?

Nivalde de Castro: Sim, a renovação das concessões e o próprio processo de reestruturação irá reduzir a renda apropriada pelos agentes de geração, transmissão e distribuição a favor dos consumidores residenciais e industriais. Os trabalhadores eletricitários deverão ter mais dificuldades nas negociações salariais e pode-se prever que, em função dos ajustes nos custos em função da redução da renda, ou seja, do faturamento e do fluxo de caixa, podem ser realizados ajustes na força de trabalho através de demissões.

> "Os trabalhadores eletricitários deverão ter mais dificuldades nas negociações salariais e pode-se prever que, em função dos ajustes nos custos em função da redução da renda, pode haver demissões".

STIU-DF: Quais são os desafios do setor elétrico agora?

Nivalde de Castro: O maior e mais complexo desafio é saber se a redução da renda dos agentes irá diminuir a capacidade de investimento nos novos projetos de geração e transmissão, em especial do Grupo Eletrobrás, que será o mais impactado pela redução de renda derivado da renovação das concessões nos moldes que está proposto na MP 579. Desta forma, corre-se o risco de diminuir a competição dos leilões, reduzindo os deságios e prejudicando a modicidade tarifária (tarifa acessível para todos) no médio prazo, já que no curto prazo a renovação das concessões vai gerar um impacto de redução das tarifas de 20%, em média.

VISÃO SINDICAL

FNU - Federação vai lutar contra terceirização e precarização do trabalho

"Redução de despesa com pessoal cresce e preocupa", diz presidente da FNU

Na avaliação de Franklin Moreira é inadmissível que a única forma de redução de despesas seja a gestão de pessoal. Presidente também destacou que a entidade está acompanhando a tramitação da MP 579 no Congresso Nacional.

O presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Franklin Moreira, conversou com a assessoria de imprensa do STIU-DF e criticou a terceirização indiscriminada no setor elétrico brasileiro. O líder sindical também manifestou preocupação com a manutenção do emprego da categoria eletricitária. Segundo ele, a Aneel avalia, em seu conceito de qualidade, apenas a gestão da empresa e não leva em consideração o trabalho. "Essa é uma visão míope", disse ele.

"A renovação ilimitada das concessões é importante para impedir que o setor elétrico vire um caos com uma onda de demissões".

Franklin também falou sobre o que pode ser feito para a manutenção do emprego dos eletricitários e eletricitárias. Destacou ainda a questão dos investimentos no setor, o acompanhamento da MP 579 na Câmara dos Deputados e a apresentação de emenda para garantir a perpetuidade na renovação das concessões no setor elétrico.

STIU-DF: Presidente, há riscos de desemprego no setor elétrico?

Franklin Moreira: A gente fica preocupado, sim. Sabemos que com a precarização do trabalho, que é consequência da terceirização e do aumento da rotatividade, há menos eficiência. O resultado é uma menor eficiência operacional. Em vez das empresas buscarem ganhos com o aumento da produtividade, com a busca da inovação para poder agregar mais valor, o que elas têm feito é reduzir brutalmente a despesa com pessoal.

No caso das distribuidoras, que passam pela revisão tarifária e deveriam fazer o planejamento de recursos humanos, material, serviços e outros, a parte de serviço terceirizado fica esquecida. A gestão é feita só em cima do pessoal do próprio quadro.

E tem crescido muito as despesas de serviços terceirizados. Isso é preocupante.

A Aneel, no seu conceito de qualidade, leva somente em consideração a gestão das empresas. Ela não leva em consideração o trabalho. Essa é uma visão míope. Eu vejo com muita preocupação porque há uma preferência direta por este tipo de administração e as empresas já têm falado que vão manter os níveis de lucros e distribuição de dividendos. Então a gente acha que haverá outro ataque.

No caso da Eletrobras, os presidentes do Grupo vêm dando declarações como se a única forma de redução de despesas fosse a questão de pessoal. Eu gostaria de falar a eles que nós temos um acordo coletivo nacional, que impede demissões em massa, e qualquer processo de desligamento individual tem que ter uma comissão, com a anuência do Sindicato para acompanhar o processo e garantir a defesa do trabalhador.

STIU-DF: Além do acordo coletivo nacional, o que pode ser feito para haver mais garantias de preservação do emprego no setor elétrico?

Franklin Moreira: A Aneel terá que colocar em audiência pública qualquer custo de manutenção e operação que ela está definindo para essas concessões e qual é a receita

Franklin Moreira

permitida para as distribuidoras. Isso terá que ir para audiências públicas. Até para que se leve em consideração os custos reais. Vamos lutar para não permitir a precarização do trabalho. Achamos que o trabalho é essencial para podermos manter o setor elétrico robusto, interligado, que é uma das melhores obras de engenharia do mundo. Vamos fazer o que for possível para isso.

STIU-DF: Como fica a questão dos novos investimentos para o setor elétrico?

Franklin Moreira: Na medida em que se tira receita das estatais, o BNDES, que é a sua principal fonte de receita, pode impor restrições de financiamento se não tiver uma garantia dessas empresas, e as suas garantias são as suas receitas. O Grupo Eletrobras é quem tem feito os investimentos estruturais no setor elétrico, como em Belo Monte e no rio Madeira. Primeiro, pelo tamanho do Grupo, que já está presente nessas regiões e é controlado pelo governo. Quando o governo coloca a Eletrobras para fazer uma parceria para construir uma usina dessas é uma forma de garantir uma tarifa módica para os consumidores residenciais, pois os investidores não querem enfrentar riscos, que podem ser ambientais ou técnicos.

Então, a redução da receita das estatais pode comprometer, inclusive, a tarifária a preços módicos, ou seja, acessível para todos os cidadãos, na expansão do sistema elétrico, que tem que ter uma indenização justa, com aquilo que não foi amortizado ainda. As usinas ainda são modernas, construídas com grandes investimentos. Agora, se fosse com empresas privadas, com certeza estariam exigindo rompimento dos contratos. No governo Lula, os contratos foram respeitados na reforma do setor elétrico. Achamos que a mesma coisa tem que acontecer agora. Mas com essa medida, muitas empresas estatais perdem o direito que tinham de renovar por mais 20 anos e manter as regras antigas. Foi assim para as empresas privadas, por que não pode ser assim para as empresas estatais? Tem que ter o equilíbrio, para manter as receitas das estatais.

"Nós temos um acordo coletivo nacional, que impede demissões em massa, e qualquer processo de desligamento individual tem que ter uma comissão, com a anuência do Sindicato para acompanhar o processo e garantir a defesa do trabalhador".

STIU-DF: Presidente, como a Federação está acompanhando a tramitação da MP 579 na Câmara dos Deputados?

Franklin Moreira: Estamos em contato com os deputados e articulando a FNU com a Plataforma Operária Camponesa de Energia, com o MST, os petroleiros e produtores agrícolas. Quatro emendas foram apresentadas, uma para cada setor: geração, transmissão, distribuição e termoelétricas. Na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Padre João (PT/MG) apresentou uma emenda para a renovação ilimitada das concessões. O deputado Fernando Ferro (PT/PE) apresentou emenda para retirar a permissão de terceirização no setor elétrico. Estamos mobilizados, envolvendo a categoria e os atingidos por barragens para aprovar as nossas emendas.

STIU-DF: A gente tem visto nos últimos dias três ex-ministros do Supremo dizendo que a renovação das concessões é inconstitucional. A Fiesp também se utilizou desse argumento para questionar a medida. Por que a renovação ilimitada das concessões é importante?

Franklin Moreira: Porque a venda das empresas seria por leilão, para arrecadar mais. Então o consumidor perderia na redução da tarifa. Também seria o fim das empresas que estão integradas, porque seriam leilões por ativo. A CHESF, que agora teria 93% da empresa leiloada, acabaria. A CHESF é uma potência no Nordeste e tem um papel estratégico. Para o trabalhador seria uma indefinição muito grande, porque vão a leilão todos os seus ativos e o trabalhador iria ficar com perda de receita. E com a licitação, o que fazer com o trabalhador? Viraria um caos, porque haveria uma onda de demissões no setor elétrico.